



A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM DEBATE

Richéle Timm dos Passos da Silva¹

RESUMO: Na atualidade, a pesquisa nas universidades está sendo fundamentada na quantidade de produção. Isso decorre em virtude da chance de financiamento. Dessa maneira, cresce a tendência de valorizar mais a produtividade acadêmica em nível de quantidade do que a qualidade. Este estudo faz uma revisão teórica sobre produtivismo acadêmico, enfatizando a comercialização do conhecimento e a função da sua produção. É verídica a situação de crítica à quantificação das pesquisas nas instituições públicas e gratuitas, onde os pesquisadores são explorados por um mercado, que encomenda pesquisas. Ou, no caso, por um sistema que obriga a produzir demasiadamente. Dessa maneira, o conhecimento passa a ser produto comercializado, moeda de troca. No entanto, o que vem acontecendo entre os profissionais, é que ocorrem reclamações da situação, porém pouca modificação do quadro existente. Outro ponto relevante decorre da falta de investimento público em pesquisas, o que ocasiona submissão de pesquisas encomendadas por instituições privadas potencializando-se a produção de conhecimento que pode ser tendenciosa ou induzida por editais de financiamento. Existe também a questão do aligeiramento das pesquisas e das produções bibliográficas resultantes delas. É preciso refletir sobre esse cenário de produção do conhecimento a fim de problematizar a finalidade do que está pesquisado nas universidades.

Palavras-chave: Universidade. Pesquisa. Produtivismo.

INTRODUZINDO A TEMÁTICA

Nestes tempos hipermodernos, diante do atual contexto de transformações no campo econômico, tecnológico e sócio-cultural, presentes nesta então denominada Sociedade do Conhecimento, Sociedade da Informação ou Era da Informação, temos a emergência de um novo paradigma onde o conhecimento passa a desempenhar um papel de destaque e torna-se o propulsor de condições para uma vida mais digna e feliz.

Por isso, indagarmos sobre a pesquisa nas universidades e a produção do conhecimento resultante dela é questionarmos nossa função de professor-pesquisador que,

¹Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Mestra em Educação, Professora do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação, Curso de Pedagogia, UNIR *Campus* de Vilhena; Vilhena-RO; E-mail: richelertps@gmail.com



na contemporaneidade, passa por conflituosa discussão: fundamentar a produção na quantidade de pesquisas, aligeiradas e, do que delas decorrem, ou, pautarmos a prática da pesquisa no aprofundamento crítico-reflexivo de produção com um fim para além das questões mercadológicas?

Decorrente destas e outras tantas questões resultantes deste dilema, temos imperativo a prática de assumirmos um papel de produtores de conhecimento, e não consumidores ou reprodutores e, por isso, constantemente questionarmo-nos sobre que função conhecimento que temos produzido tem adquirido.

É sabido que cresce a tendência de valorizar mais a produtividade acadêmica em nível de quantidade do que a qualidade, seja por fins de conseguir financiamento para as pesquisas, seja por fim de produção bibliográfica resultante das pesquisas e assim todas as implicações que as quantidades de publicações tendem a beneficiar (se é que podemos dizer beneficiar) pesquisadores e suas instituições.

Com isso, parece-nos necessário repensarmos qual a intenção de se produzir tanto conhecimento, se é somente para concorrer a edital de fomento, ou se, estas pesquisas e produções, realmente tem um cunho social, que sejam benéficas a seus utilizadores, ou seja, a sociedade.

Assim, este estudo faz uma revisão teórica analítica sobre produtivismo acadêmico, enfatizando a comercialização do conhecimento, a falta de investimento público nas pesquisas realizadas nas universidades e a função da produção do conhecimento na contemporaneidade.

Iniciamos a discussão teorizando sobre Hipermodernidade e Sociedade do Conhecimento para, então, refletirmos sobre o papel da produção do conhecimento na contemporaneidade, diante do conflito paradigmático entre produzir para o mercado ou para um fim social.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Compreendemos que estamos a vivenciar uma nova forma de organização social e conseqüentemente um novo paradigma se apresenta. Conforme Goergen (1998) as diferentes formas de organização social ao longo dos tempos, foram dando, cada um a seu tempo, uma nova configuração a relação entre ciência, sociedade e Universidade.

Lipovetsky (2004, p. 31) considera que “chegamos ao momento em que a comercialização dos modos de vida não mais encontra resistências estruturais, culturais nem ideológicas, e em que as esferas da vida social e individual se reorganizam em função da lógica do consumo.”.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Esse momento é denominado pelo referido autor como hipermodernidade a qual se caracteriza pelo alto consumo, hiper valorização da imagem, individualismo acentuado, entre outros fatores presentes.

Hargreaves (2004, p. 43-44) define este tipo de sociedade como: “[...] uma sociedade de aprendizagem”, e também como uma sociedade “[...] em mudança, na qual a informação se amplia com rapidez e circula permanentemente pelo globo; o dinheiro e o capital fluem numa busca incansável e incessante de novas oportunidades de investimento; as organizações se reestruturam o tempo todo [...]”.

Deste modo, a sociedade atual considerada como sociedade de conhecimento produz economias do conhecimento. Hargreaves (2004, p. 17) indica que “as economias do conhecimento são estimuladas e movidas pela criatividade e pela inventividade, e as escolas [neste caso as universidades] da Sociedade do Conhecimento precisam gerar essas qualidades, caso contrário, seus povos e suas nações ficarão para trás.”.

Assim, a Sociedade do Conhecimento, segundo Hargreaves (2004), vem configurando um novo sistema social, econômico e produtivo, com novos padrões de produção e mercantilização do conhecimento.

Conforme Goergen (2003) não pode a Universidade adaptar-se ao sistema dado sem discerni-lo das reais relações de poder e lucro que estão em jogo. Desta maneira, para se pensar no papel da Universidade neste contexto de Sociedade do Conhecimento Goergen (2003, p. 112) ressalta que “é urgente que a Universidade reflita sobre sua relação com a sociedade, relação essa que, a meu juízo, não pode ser uma relação de adaptação e subserviência, mas deve ser de aproximação e distanciamento críticos [...] que busca tirar a marca ideológica das demandas do sistema.”.

Também a Universidade, para este mesmo autor, não pode esquecer-se de sua tarefa crítica de desconstrução de discursos que visam apenas à afirmação de determinada configuração econômica e precisa, portanto, contar outras histórias, mostrando que as narrativas dominantes não são tão naturais nem tão inevitáveis quanto se tenta fazer crer (GOERGEN, 2003).

Desse modo, não basta a Universidade se dispor a atender determinadas demandas sociais para cumprir a sua função social. É preciso, antes disso, esclarecer a natureza dessas demandas para saber de onde efetivamente emanam e a quem servem. (GOERGEN, 2003).

Dentre pontos positivos e negativos da Sociedade do Conhecimento temos a Universidade pública como a instituição que mais produz conhecimento, porém a que mais



teve queda de financiamento público em suas pesquisas abrindo assim, para expansão do mercado educacional.

É sabido que as Universidades têm garantida pela Constituição de 1988, no Art. 207, as condições de instituições que gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial sendo que obedecem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2011).

E ainda temos no Art. 213, da Constituição Federal de 1988, em relação às finanças da Universidade pública, ou aos recursos que “ainda” lhe restam do poder público e a inclusão das demais instituições na busca por esses recursos, dizendo que

[...] os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, *podendo ser* dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. § 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade. § 2º - *As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão* receber apoio financeiro do Poder Público (BRASIL, 2011, p. 01, grifo nosso).

Destacamos este artigo por considerar que as “palavras grifadas” podem evidenciar o caráter de interesse dos investimentos de recursos público-estatais na Educação Superior e, ainda mais no § 2º, que demonstra a abertura de outra via de arrecadação para fins de pesquisa na Universidade. Com isso, a atual discussão de mercadorização da Educação Superior e da produção de conhecimento via pesquisa da/na Universidade incentivada através da competição e ranqueamento institucional proveniente da busca por agentes financiadores de pesquisa privados, pode conter nessa legislação o “pontapé” inicial de legitimação e legalidade.

Vários artigos da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 remetem à Educação Superior e à Universidade. Destacamos alguns que consideramos pertinentes e relevantes frente à temática em estudo.

Quanto à finalidade a que destina a Educação Superior, no Art. 43, apresenta nos sete incisos as palavras conhecimento ou científico, evidenciando que a função maior desta modalidade de ensino destina-se a tal finalidade. Com isso, percebemos que tanto a diplomação nas diferentes áreas do conhecimento quanto o estímulo à criatividade e a



aproximação da realidade dos problemas sociais ancorados através do conhecimento, produção do conhecimento, conhecimento científico são esperados.

Temos assim, a presença da pesquisa destacada no inciso III que diz,

[...] incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (BRASIL, 2010, p. 01).

Percebemos que a pesquisa destina-se a um fim maior que é “o entendimento do homem e do meio em que vive” (BRASIL, 2010, p. 01), mas nos deparamos com a dicotomia sociedade x mercado que as pesquisas têm enfrentado e percebemos que um olhar voltado às questões de consumo e lucro no meio científico e tecnológico é um campo estratégico que vem crescendo em detrimento de questões de desenvolvimento social e humano, consideradas básicas a população: saúde, educação, segurança pública, habitação, entre outras.

Consideramos ainda que tanto o Art. 53 da LDB 9394/96 quanto o Art. 213 da CF/88 corroboram com o sentido da pesquisa vinculada a recursos privados os quais, na maioria das vezes, incentivam a produção para o mercado desconsiderando necessidades humanas/sociais da realidade, uma característica altamente incentivada pelas políticas do neoliberalismo.

O Art. 54 da LDB 9394/96 e o seu § 2º atribui a autonomia universitária às instituições que “comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público” (BRASIL, 2010, p. 01). Destacamos que essa alta qualificação pode fortalecer a perspectiva de instituição de excelência pautada em produção de pesquisa que atenda a demanda do mercado a partir de áreas estratégicas para o crescimento econômico visto que possui maior visibilidade a sociedade.

Neste cenário e em meio a essas brechas legislativas, a interferência dos organismos internacionais adentra o espaço da Educação Superior incluindo diretrizes, modelos e recomendações que interferem no modo de pensar e fazer Universidade. Dentre esses organismos internacionais, Morosini (2006) cita os mais influentes na implementação das políticas educacionais:

- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; é um organismo multilateral voltado à educação cujas atividades situam-se predominantemente nos setores da educação, cultura, ciência, tecnologia, comunicação, informática, meio ambiente, direitos humanos e gestão social. Iniciou sua atuação no Brasil em 1972 objetivando auxiliar a formulação e operacionalização de políticas públicas com



atuação também com instâncias da sociedade civil. Quanto a Educação Superior, publicou “Educação Superior no século XXI” colocando como missões e funções dessa, educar, formar e realizar investigações; considerar a ética, autonomia, responsabilidade e prospecção; forjar uma nova visão de Educação Superior, entre outras.

- OECD – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico; entidade internacional que se preocupa com questões de formação de mão-de-obra qualificada, emprego e desenvolvimento voltada primeiramente aos interesses dos países ricos. Ente outras funções, ajuda os governos nas questões econômicas sociais e de gestão de governo.

- OMC/WTO – Organização Mundial de Comércio – World Trade Organization; é o agrupamento de 144 países com o intuito de coordenar a política comercial internacional entre essas nações. Seus acordos são discutidos, negociados e assinados pela maioria das nações envolvidas no comércio mundial e ratificado pelos respectivos parlamentos.

- BM – Banco Mundial; é um banco concebido durante a Segunda Guerra Mundial, em Bretton Woods (USA), para reconstruir da Europa e atualmente tem como principal meta a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. Tem influência na Educação Superior através de sua concepção de Universidade Mundial que é o modelo de recomendações universais e uniformes, para IES de países subdesenvolvidos. Tem como importante publicação, fundamentadoras da Universidade Mundial, no ano de 1994, La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia, onde determina maior diferenciação das instituições, diversificação do financiamento das instituições estatais e adoção de incentivos para o seu desempenho, redefinição da função do governo e enfoque na qualidade.

Na perspectiva destes organismos, bem como dos marcos legais citados, temos o fortalecimento do incentivo a aberturas dos recursos privados nas Instituições universitárias públicas, incluindo-se o financiamento de pesquisas. O documento La Enseñanza 1995, prescrito pelo BM compreende educação como “gasto” do Estado e evidencia a atividade de pesquisa na Universidade como inviável de receber incentivos estatais. Essa compreensão está referida em Chaves, Lima e Medeiros (2008, p. 344-345) a qual nos diz que,

a redução dos investimentos públicos e a defesa da diversificação das fontes de financiamento forma centrais na reforma da Educação Superior no país. Essa reforme cumpre orientações do Banco Mundial que apresenta como uma de suas teses a de que a crise da educação brasileira deriva do modelo de Universidade de pesquisa (humboldtiano), que seria excessivamente unificado e caro. Nesse sentido, a defesa da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é inviável teórica e financeiramente.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Nas autoras supracitadas, encontramos a transcrição completa do trecho do relatório prescrito pelo BM, que expressa a importância da participação de outras fontes não-estatais para financiar as instituições públicas expressando que

[...] maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma do ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente [...]. A experiência demonstra que se quer em que as instituições estatais melhorem sua qualidade e eficiência, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de mobilizar mais recursos privados para o ensino superior em instituições estatais [...] de varias maneiras: mediante a participação dos estudantes nos gastos; arrecadação de recursos de ex-alunos; utilização de fontes externos; realização de outras atividades que gerem receitas (CHAVES; LIMA; MEDEIROS (2008, p. 345).

Com isso, evidenciamos que a educação pública, dever do Estado, tem sido transformada em mercadoria que passa a ser negociada no mercado capitalista dos serviços nacional e internacional (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2008). A pesquisa na Universidade assume, portanto, um estilo que em pouco colaborará para as questões sociais e humanas devido à forte tendência de privilegiar setores ligados à questão econômica e tecnológica: diminuição dos custos – diversificação institucional (ensino – pesquisa – extensão); Deslocamento dos custos – do Estado para os indivíduos; Resultado: a Educação Superior avança cada vez mais no cenário do *quase mercado*.

Dias Sobrinho (2010) também dá destaque ao papel do Banco Mundial como propulsor da expansão privada na Educação Superior e chama esse momento de quase-mercado educacional.

Ainda existe o que Dias Sobrinho (2010) evidencia como sendo uma crise de sentidos e socialização onde o sentido se perde nas críticas contidas nos debates e reflexões que a Universidade deveria fazer com mais ênfase e crise de sociedade como resultante deste processo de globalização que sendo a sociedade a razão de ser da Universidade, esta não pode se reduzir as questões de mercado.

Em relação a produção de conhecimento nesta atual sociedade e a relação Universidade-Sociedade, temos Dias Sobrinho (2010) apontando que é inegável a relação entre globalização e Educação Superior. Cresceu o acesso ao conhecimento, suas trocas e transformações. No entanto, o autor enfatiza,

Diferentemente de outras fontes de riqueza, o conhecimento não se desgasta com o uso e pode ser sempre ampliado. Uma vela, que com sua chama acende uma outra, não se apaga; juntas, ambas aquecem e iluminam. Um conhecimento não está perdido para quem o transmite; ao

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



contrário, enriquece a todos aqueles que com ele se relacionam (DIAS SOBRINHO, 2010, p, 83).

A atividade de pesquisa nesta sociedade, entretanto, cada vez mais, está sendo mercantilizada. Pela falta de investimento público em pesquisa, as universidades se submetem a pesquisas encomendadas por instituições privadas, podendo assim, os resultados dessas pesquisas serem tendenciosos.

Silva (1991, p. 162) enfatiza, “[...] para alguns analistas o financiamento por agências externas as Universidade fere a sua autonomia e dificulta o planejamento da atividade de pesquisa”. Assim compreendemos que, quanto mais a Universidade se submeter a investimentos privados para pesquisa, mais ela perderá a sua autonomia.

E assim também, a Universidade vem ficando submersa em um sistema que obriga os seus profissionais a produzirem demasiadamente. Dessa maneira, o conhecimento passa a ser produto comercializado. No entanto, o que vem acontecendo entre os profissionais, é que ocorrem reclamações da situação, porém, há pouca ou nenhuma modificação do quadro existente.

Nos últimos tempos a pesquisa está sendo fundamentada na quantidade, quanto mais se pesquisa, quanto mais publica, mais chance a instituição terá de receber incentivos de órgãos que financiam a pesquisa. Dessa maneira, valoriza-se muito mais a produtividade acadêmica em nível de quantidade de pesquisas, do que necessariamente pela qualidade dessas pesquisas publicadas.

Machado e Bianchetti (2011) no tocante a essa discussão acrescentam que, “As universidades, no seu segmento de pesquisa, viraram reféns do capital e os pesquisadores a mais nova categoria de trabalhadores explorados, sem necessidade de fábricas nem de esteiras mecânicas nem de cartões de ponto”.

Os autores Machado e Bianchetti (2011) fazem uma critica justamente à quantificação da atividade da pesquisa nas instituições públicas e gratuitas, onde os pesquisadores passam a ser explorados por um mercado, que cada vez mais, encomendam se pesquisas. Ou por um sistema que os obrigam a produzir demasiadamente, pois se não houver quantidade, não haverá financiamento das instituições que fomentam a pesquisa.

Conforme Severino (2009, p. 254), no atual momento cabe o debate sobre o sentido de uma Universidade que, “funcionária do conhecimento, pudesse colocá-lo a serviço da sociedade [...] comprometida com o conhecimento, ela o será também, por decorrência, com a extensão e a pesquisa, assim como com ensino”.

É necessário produzir artigos e escrever sobre a produção do conhecimento, no entanto, existe esse desconforto pelo qual os pesquisadores têm passado a fim de dar conta



de escrever sobre as atividades que realizam para além dos relatórios e prestações de conta às agências de fomento e, reclamam, que essa é uma aprendizagem forçada a qual necessitam realizar sem orientação alguma.

Carneiro (2010, p.103) quando fala dos saberes que os pesquisadores precisam desenvolver durante sua trajetória e que há saberes mais específicos dessa atividade que exige desse

multiprofissional envolvimento em uma série de atividades que vão desde a captação de recurso, passando por gerenciamento desses recursos, coordenação do pessoal envolvido no projeto de pesquisa até a publicação final do conhecimento produzido [...] isso não se aprende no doutorado. Aprende-se com a prática, com o colega mais experiente [...].

Somadas a todas essas dificuldades e dicotomias ainda existem as condições de trabalho do professor-pesquisador, a carga horária extensa na atividade do ensino e o “aligeiramento” das pesquisas que são causas complicadoras do exercício da escrita de artigos. Machado e Bianchetti (2011) colocam, no entanto que o que vem acontecendo no meio acadêmico entre os profissionais é que “o trabalhador-pesquisador reclama fazer mais do que quer ou pode. Critica, porém acata. Análises sobre produtivismo acadêmico responsabilizam, não sem razão, organismos internacionais e nacionais e o sistema vigente” (p. 244).

Compreendemos que diante de tantos desafios cabe a nós, professores-pesquisadores, posicionarmo-nos nesta Sociedade do Conhecimento inicialmente compreendendo toda essa diversidade e dualidade paradigmática, para então provocarmos situações alternativas de uma produção do conhecimento na contramão do produtivismo mercadológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação Sociedade – Universidade é estreita e a todo o momento uma influencia, direciona e interfere na outra. As demandas e exigências sociais, políticas e econômicas desta Sociedade do Conhecimento não são as mesmas de outrora e isso tudo faz com a Universidade confronte com situações complexas desafiadas pela sociedade e pelo Estado.

É preciso que a Universidade tome consciência de sua atual importância e posicione-se frente a essas exigências de maneira crítica, autônoma e reflexiva. Para que, então, assuma sua responsabilidade social como instituição devotada à formação das novas gerações, comprometida com os valores fundamentais tais como a ética, a transparência, o profissionalismo, o interesse público, a cidadania, a dignidade humana, a solidariedade, o respeito e a justiça social.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Cabe a Universidade rever sobre e com a sociedade as questões sociais que emergem neste tempo-espço pensando sobre esta nova configuração da sociedade que vem se estabelecendo e refletir assim, sobre esse cenário de produção do conhecimento problematizado a finalidade do que está pesquisado, para quê e para quem.

Podemos, também, considerar que a pesquisa, como a ação crítica e reflexiva do fazer do pesquisador, pode provocar a capacidade de estar atento à situação social da qual ele faz parte para além dos interesses do mercado. Compreendermos, no entanto, que o pesquisador precisa se apropriar do conhecimento produzido e repensá-lo para além dele com a finalidade de construir novo conhecimento que servirá para o desenvolvimento harmônico do social-econômico-ambiental.

É preciso estar atento, pois, se a Sociedade do Conhecimento continuar a pautar-se somente numa economia do conhecimento que “obriga” os pesquisadores a formatarem-se a esse sistema, poderá estar incentivando a produção de sujeitos pesquisadores passivos e dominados por essa lógica de mercado, serem apáticos, vazios de discussão e interesse político, que não querem se comprometer e expor-se.

Entretanto, almejamos provocar com essa problemática por todos nós vivenciada, a situação de rebeldes competentes, ou seja, professores-pesquisadores preocupados em criticar esse contexto amplo de sociedade e responsabilidade da Universidade com uma prática de pesquisa que seja compromissada com o local e com a realidade, preocupada em conhecê-la, compreendê-la e assim, provocar possibilidades de mudança.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. **Lei das diretrizes e base da educação 9394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2010.

CARNEIRO, M. H. S. Trabalho docente e saberes experienciais. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Cleide Maria Quevedo. (Orgs.). **Docentes para a educação superior: Processos formativos**. São Paulo: Papyrus, 2010.

CHAVES, V. L.; LIMA, R. N.; MEDEIROS, L. M. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação brasileira. MOROSINI, M., OLIVEIRA, J. F. e BITTAR, M. (Orgs.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

GOERGEN, P. Ciência, sociedade e universidade. **Educação e Sociedade**. v. 19 n. 63 Campinas, ago. 1998.

_____. Universidade e responsabilidade social. LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Temas de pesquisa em educação**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des) fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE**. São Paulo: v. 51 n. 3 maio/ jun. 2011.

MOROSINI, M. C.(Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária: Glossário**. v. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.

SEVERINO, A. J. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SILVA, A. C. O financiamento da pesquisa na universidade pública. In: VELLOSO, J.(Org.). **Universidade Pública: Política, desempenho, perspectiva**. Campinas: Papyrus, 1991.